

PQ Corporation

PQ Silicas Brasil Ltda.

Av. Marquês de São Vicente, 121
Torre B – sala 601 – Barra Funda
01139-001 São Paulo Brasil

Tel.: +5511 3638 9900
Fax: +5511 3638 9919

www.pqcorp.com

São Paulo, 29 de setembro de 2014.

DECLARAÇÃO

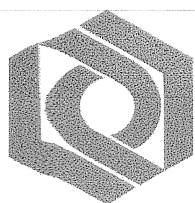
Por meio da presente, declaro, para os devidos fins, que o escritório de advogados Barbosa, Müssnich & Aragão prestou os serviços advocatícios abaixo discriminados à empresa **PQ SILICAS BRAZIL LTDA.**, inscrita no CNPJ sob o nº 01.824.763/0001-10, com sede na Avenida Marquês de São Vicente, n. 121, 6º Andar, São Paulo/SP, CEP 01139-001.

Direito Ambiental

- Prestação de serviços legais nos seguintes temas:
 - Licenciamento ambiental, estudos de impacto ambiental e relatórios de impacto ao meio ambiente;
 - Obtenção e regularização de licenças e alvarás;
 - Planejamento ambiental;
 - Pareceres jurídicos sobre a matéria;
 - Apresentações sobre a matéria.

Direito Internacional

- Defesa judicial, administrativa ou em procedimento arbitral em processos concernentes à matéria:
 - Representação e defesa, nos anos de 2012 a 2014, da PQ Sílicas Ltda. nos autos do Processo MDIC/SECEX 52272.000437/2012-99. O processo tinha como objetivo impor direitos antidumping às importações brasileiras de dióxido de silício precipitado, comumente classificadas no item 2811.22.10 da Nomenclatura Comum do MERCOSUL – NCM, originárias da República Popular da China e da República da Índia. Ao final do processo, a Câmara de Comércio Exterior – CAMEX (Resolução



PQ Corporation

PQ Silicas Brasil Ltda.

Av. Marquês de São Vicente, 121
Torre B – sala 601 – Barra Funda
01139-001 São Paulo Brasil

Tel.: +5511 3638 9900
Fax: +5511 3638 9919

www.pqcorp.com

- CAMEX nº 32/2014) decidiu aplicar direitos antidumping às importações procedentes da China.
- Representação e defesa, no ano de 2014, da PQ Sílicas Ltda. nos autos do processo 18101.000671/2013-21, junto à Secretaria de Acompanhamento Econômico (SEAE), do Ministério da Fazenda, para apresentar oposição ao pedido formulado pela Associação Nacional da Indústria de Pneumáticos – ANIP, no qual se requeria a redução da alíquota do imposto de importação para o dióxido de silício obtido por precipitação química, classificado na Nomenclatura Comum do MERCOSUL sob o item 2811.22.10. O pedido foi indeferido na SEAE.

Declaro, ainda, que tais serviços vêm sendo prestados de forma integralmente satisfatória e sem ressalvas, desde junho de 2012.

José Vicente Bezerra

General Manager - PQ SILICAS BRAZIL LTDA